



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

CAMILA DE ASSIS PIMENTEL

**PERCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE
CASO COM UMA ESTUDANTE COM SINDROME DE TURNER.**

**CAMPINA GRANDE
2018**

CAMILA DE ASSIS PIMENTEL

**PERCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE
CASO COM UMA ESTUDANTE COM SINDROME DE TURNER.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Inclusiva.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tatiana Cristina Vasconcelos.

**CAMPINA GRANDE
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P644p Pimentel, Camila de Assis.
Percepções sobre a inclusão no ensino superior [manuscrito] : um estudo de caso com uma estudante com síndrome de Turner / Camila de Assis Pimentel. - 2018.
30 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.
"Orientação : Profa. Dra. Tatiana Cristina Vasconcelos ,
Coordenação do Curso de Pedagogia - CEDUC."
1. Educação inclusiva. 2. Educação superior. 3. Síndrome de Turner. I. Título

21. ed. CDD 371.9

CAMILA DE ASSIS PIMENTEL

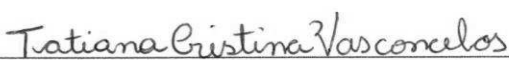
PERCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE
CASO COM UMA ESTUDANTE COM SINDROME DE TURNER.

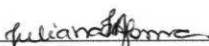
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Pedagogia da Universidade
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.


Área de concentração: Educação Inclusiva.

Aprovada em: 07/12/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Tatiana Cristina Vasconcelos (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a M^e. Juliana Fonseca de Almeida Gama
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Joselito Santos
UNIFACISA / Faculdades Integradas de Patos (FIP)

À Kamilla Alves de Macedo, DEDICO!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, por ter me proporcionado chegar a este momento importante de minha vida, e por todo seu amor por mim.

A querida orientadora, prof.^a Tatiana Cristina Vasconcelos, por estar ao meu lado me conduzindo pacientemente, nesta jornada.

Aos professores banca examinadora, pela consideração e disponibilidade de seu tempo, para a análise desse trabalho.

A minha mãe Sônia Suelly, por todo seu amor, dedicação e confiança. Por ser a pessoa que sempre torceu pelas minhas vitórias.

Aos meus familiares, que estiveram ao meu lado, apoiando-me e sempre torcendo pelo meu sucesso.

A Leticia Ribeiro e Maria Rita, pela amizade e por todo carinho nos momentos bons e ruins que passamos juntas na nossa vida acadêmica.

Aos amigos Izaias Silva, Victor Higo e Vinícios Melo pela ajuda e palavras de incentivo desde o início do curso, até o momento de construção desse trabalho.

A Rayssa Pereira e Maria Luiza, pelo carinho e paciência em todas as sessões de psicoterapia, onde tiveram todo cuidado e dedicação, almejando sempre o meu bem.

A Adriely Cavalcanti e Socorro Cavalcanti, por todo apoio e incentivo desde o início do curso.

Aos meus ex alunos, por me ensinarem que ser PROFESSOR, é saber amar, saber entender e compreender, dar sem querer receber, é saber que na vida sempre vamos encontrar alguém em qual podemos confiar de verdade.

Aos professores e colegas do curso, por todos os momentos de felicidade e também pelos momentos difíceis que passamos juntos, por todo companheirismo.

“À medida que o conceito de cidadania se sedimenta e as conquistas sociais procedem, torna-se notório que a mobilidade com autonomia é um direito universal.” – Verônica Camisão.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	08
2.1	Breve Histórico do processo de Inclusão de Pessoas com Deficiências	08
2.2	Educação Inclusiva.....	10
2.3	Inclusão no ensino superior.....	13
3	PERCURSO METODOLOGICO	15
3.1	Tipo de estudo	15
3.2	Local do estudo	16
3.3	Participante do estudo de caso	16
3.4	Instrumento de coleta de dados	16
3.5	Procedimentos de coleta de dados	17
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
	REFERÊNCIAS	25

PERCEPÇÕES SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO COM UMA ESTUDANTE COM SÍNDROME DE TURNER.

Camila de Assis Pimentel*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo descrever as percepções sobre a inclusão no Ensino Superior a partir das vivências de uma estudante com Síndrome de Turner. Fundamentando-se nos estudos de Sasaki (1997), Mantoam (2003) e Silva (2009), serão discutidas algumas etapas importantes dentro da temática relacionada a pessoas com deficiência. Para coletar os dados, optou-se por fazer uma entrevista, com a participante “K”, do sexo feminino, 26 anos de idade e estudante de um curso de pedagogia. Os principais resultados revelaram que independente de ter dificuldades de aprendizagem e ser excluída por algumas colegas de turma, “K” mostrou que foi possível chegar ao ensino superior e vencer as barreiras encontradas durante o percurso acadêmico. Sabemos que já houveram consideráveis avanços no que se refere a inclusão. No entanto, esse paradigma ainda há de ser desenvolvido e aprimorado. É preciso que a batalha por uma sociedade inclusiva, continue sendo travada, e que não permitamos que os direitos conquistados com tanto esforço sejam esquecidos ou ignorados. Desse modo é necessário que os estudos e pesquisas voltados a essa área sejam realizados com mais frequência, enfatizando sua importância.

Palavras-Chave: Síndrome de Turner. Ensino Superior. Educação Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

As práticas de Inclusão são bastante citadas nos dias atuais, as mesmas surgiram após um longo processo de ações excludentes e vem trazendo, como princípio, a ideia de incluir todas as pessoas independente de suas características, físicas ou mentais. No que se refere a educação, o paradigma da inclusão ainda se trata de um processo delicado, é notório que já obteve-se consideráveis avanços nessa área, entretanto, observa-se algumas lacunas que precisam ser solucionadas.

A princípio serão discutidas algumas questões como educação inclusiva, discutindo sobre a educação especial, e posteriormente será abordado uma breve discussão, sobre a inclusão no ensino superior. Fundamentando-se nos estudos de Sasaki (1997), Mantoan (2003) e Silva (2009), serão discutidas algumas etapas importantes dentro da temática relacionada a pessoas com deficiência. Que nos ajuda entender os paradigmas, desde a exclusão até inclusão. Esses

* Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
Email: camila.peduepb@gmail.com

paradigmas estiveram presos em pensamentos que de certo modo, deixaram marcas na educação voltada a pessoas com deficiência.

Partindo do princípio de que a educação inclusiva juntamente com as leis que asseguram a permanência de todos perante o âmbito da educação, em um segundo momento, será abordado o percurso metodológico, relatando os alguns pontos principais para elaboração do estudo de caso. A participante “K” é aluna do ensino superior e a mesma possui Síndrome de Turner, a mesma é caracterizada pela ausência de um cromossomo X, e afeta apenas crianças do sexo feminino. A coleta de dados foi organizada por meio de uma entrevista semiestruturada, realizada com a participante na Universidade.

Este artigo tem como objetivos descrever as percepções sobre a inclusão no Ensino Superior a partir das vivências de uma estudante com Síndrome de Turner. Deste modo, mostrando como mesma se posicionou diante as barreiras enfrentadas perante o seu percurso acadêmico, e o que ela espera para o futuro, com relação a uma sociedade mais inclusiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

2.1 Breve Histórico do processo de Inclusão de Pessoas com Deficiências.

Durante a civilização ocidental na antiguidade, a sociedade era composta pela nobreza e o povo. Os nobres eram considerados os donos do poder, do outro lado, os pobres viviam em função da nobreza. As pessoas que não pertenciam a nobreza eram consideradas sub-humanas, o mesmo acontecia com as pessoas que nasciam com deficiência. Eram abandonadas. Para a sociedade antiga, essas crianças fugiam do “padrão” de força e beleza cultuados na época. Em Roma as crianças eram preparadas para a guerra desde o nascimento, mas, de acordo com a prática social daquela época a criança que nascesse com algum “defeito” era abandonada para morrer, deixadas em rios ou florestas, sem nenhum problema de ordem ética, moral ou religiosa. Está técnica ficou conhecida como Exposição.

Com o nascimento do Cristianismo, todos eram considerados filhos de Deus, inclusive as pessoas com deficiência. Nessa época considerava-se que essas pessoas tinham uma alma, e isso fazia diferença. Estas pessoas não podiam mais serem tratadas com sub-humanas e nem tão pouco abandonadas até a morte. Entretanto, eram compradas pela nobreza para divertir os convidados nas festas. As pessoas que podiam trabalhar eram recolhidas e mantidas por religiosos, as que não tinham condição para o trabalho passavam a viver como pedintes.

Na idade média a igreja disponibilizava de documentos que ensinavam a identificar sinais naqueles que estavam possuídos pelos demônios. De acordo com SILVA (2009) diversas pessoas com deficiência, passaram a ser perseguidas e em algumas vezes até mortas, pois, a igreja assimilava a imagem dessas pessoas a forças malignas.

Durante muitos anos, pessoas com algum tipo de deficiência seja ela física ou mental eram proibidas de frequentarem ambientes, inclusive espaço escolares, pois, eram consideradas incapazes de exercer qualquer tipo de atividade dentro de uma sociedade. As mesmas eram vistas como pessoas dependentes. Quando se havia algum tipo de habilidade, estas não eram estimuladas. Por tanto, esse contexto caracterizava-se como Exclusão.

Mesmo permanecendo na sociedade de maneira excluída, as pessoas com deficiência não passaram por despercebidas perante a sociedade e conquistaram um lugar de visibilidade, entretanto, passaram a ser discriminadas. Esta ação resulta do intenso “padrão” de exclusão existente. Estas pessoas passam a viver em um paradigma de Segregação. As mesmas passaram a ser notadas, porém, acreditava-se que as pessoas com deficiência poderiam causar algum perigo para a sociedade, a partir disso, passaram a viver isoladas em institutos segregadores.

Diversos pensadores e profissionais passaram a protestar contra esta forma segregadora de lidar com pessoas deficientes, buscando de certo modo, um avanço com relação aos direitos dessas pessoas. Estes movimentos, causaram grande repercussões e contribuíram para que estas pessoas saíssem de um padrão de segregação, para o padrão de integração. Desse modo Mantoam (2003) afirma:

“Os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência surgiram nos Países Nórdicos, em 1969, quando se questionaram as práticas sociais e escolares de segregação. Sua noção é o princípio de normalização, que, não sendo específico da vida escolar, atinge o conjunto de manifestações e atividades humanas e todas as etapas da vida das pessoas, sejam elas afetadas ou não por uma incapacidade, dificuldade ou inadaptção.” (MANTOAN, 2003, P.15).

Em 1960 a Integração foi um marco de grande repercussão, nesta etapa as pessoas com deficiência eram encaixadas apenas em ambientes em que a sociedade era de acordo, porém, estes ambientes possuíam barreiras e estas pessoas deveriam de algum modo, adaptar-se a esses lugares. Afirma Sasaki (1997, p.32) “a sociedade em geral ficava de braços cruzados e aceitava receber os portadores de deficiência desde que eles fossem capazes de moldar-se aos tipos de serviços que ela lhes oferecia, isso acontecia inclusive na escola.”

No final da década de 80, no Brasil, estava surgindo o paradigma da Inclusão. Este surge com o intuito de garantir que as pessoas com deficiência tenham o direito de participar mais ativamente da sociedade. Nesta etapa, a sociedade é que deve mudar todas as suas áreas

(Educação, trabalho, saúde, lazer e etc.) para que as pessoas com deficiência possam participar independente de que elas sejam capazes ou não de realizar atividades impostas, ou seja, nesse paradigma a sociedade é quem deve adaptar-se para receber as pessoas com deficiência, e não, a situação contrária.

2.2 Educação Inclusiva

Partindo do pressuposto de que a educação é um direito de todos, conforme afirma a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Entramos na discussão sobre *Educação Inclusiva*, infelizmente ainda é existente na sociedade o pensamento de que a Inclusão, está voltada apenas para pessoas com deficiências. É preciso romper com essa ideia, pois, este movimento de Inclusão está para além de pessoas deficientes, é um movimento de acolhimento de todos e qualquer um.

Segundo Amorim (2016) “para que a inclusão aconteça é preciso modificar a história de preconceitos arraigados, tanto da sociedade quanto das próprias famílias e/ou pessoas com NEE (Necessidades Educativas Especiais), é preciso educar nosso país. ” É importante compreendermos que, a Educação Especial diferencia-se da Educação Inclusiva, no que diz respeito ao processo de escolarização dos indivíduos. De acordo com Sasaki (1997).

“Inclusão é: Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) Incluir é trocar, entender, respeitar, valoriza, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. ” (SASSAKI 1997, p.41)

Essas duas concepções seguem viés diferentes. “A Educação Especial, que por muito tempo foi um sistema paralelo de ensino, compreende o atendimento e a educação de pessoas com deficiência e transtornos globais de desenvolvimento em instituições especializadas. Tem como objetivo atender específica e exclusivamente alunos com determinadas necessidades especiais. ” Afirma, Amorim (2016). A Educação Especial, proporciona diversos recursos e ferramentas para as pessoas que com deficiências. Deste modo, as mesmas têm o direito de desenvolverem e posteriormente, tornarem-se pessoas independentes.

Por outro lado, a Educação Inclusiva que surge a partir da Declaração de Salamanca em 1994, a mesma foi um resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais

Especiais. A declaração foi elaborada para conscientizar os países sobre o fato de que é preciso a inserção de políticas tanto públicas quanto educacionais, que possam ser usufruídas por todas as pessoas no modo geral, sem discriminações. Sendo assim, em um de seus pontos a Declaração diz que “as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, **que a elas devem se adequar...**”, pelo fato que “constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos...” (UNESCO,1994 p.8-9, apud GLAT e FERNANDES, 2005 p.36 grifo do autor).

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. **Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes.** (SASSAKI, 1998, p.8 grifo nosso).

Nesse sentido, vale salientar que é preciso repensar as práticas educativas, de uma forma que, as mesmas, beneficiem a todos. Sendo assim, os alunos com rendimentos diferentes conseguirão chegar ao mesmo propósito, ao conhecimento, ou seja, a aprendizagem. A Declaração de Salamanca traz em seu (art. 11º, p 13) que “O planejamento educativo elaborado pelos governos deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas.”

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA p. 17-18 grifo nosso).

De certo modo, não só a ideia, mas em si, o fato de inserir todos os alunos na escola regular é um tanto quanto, amedrontador para os profissionais da área da educação, tais como, os professores em especial. Os mesmos têm esse medo pelo fato de que, apenas a formação inicial, não é suficiente para abarcar a demanda de alunos, cada qual com suas especificidades, por não compreenderem a proposta de inclusão, por não possuírem metodologias e didáticas apropriadas e condições de trabalho viáveis. De acordo com Lima (2002):

“À formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. Muitos dos futuros professores sentem-se inseguros e ansiosos diante da possibilidade de receber uma criança com necessidades especiais na sala de aula.” (LIMA, 2002, P.40)

Fica assim compreendido, que para dispor de uma educação de boa qualidade, para todos os alunos, sejam eles com necessidades especiais ou não, os ambientes educacionais precisam não só reconfigurarem-se fisicamente, mas, abrir espaço e fornecer capacitação para seus profissionais. Dando-lhes oportunidade aprimorarem seus conhecimentos. “Inclusão não significa, simplesmente, matricular os educandos com necessidades especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao profissional e à escola o suporte necessário para sua ação pedagógica.” (MEC-SEESP, 1998).

Por sentirem-se amedrontados, devido a proposta de inclusão, alguns profissionais acabam por fazer de forma, “talvez” inconsciente um ato de preconceito e/ou exclusão para com as pessoas que possuam necessidades especiais. É mais “fácil” para um professor de escola regular, trabalhar apenas com alunos considerados “normais”, pelo fato de que os mesmos (na mentalidade de um profissional sem capacitação adequada) deem menos trabalho. Mantoan, (2003) afirma que a inclusão nunca ocorrerá enquanto a sociedade se sentir na autoridade de escolher quais serão incluídos. O preconceito intrínseco nos profissionais da área da educação, nos familiares e na sociedade, é a real causa que faz com que os profissionais não seguir em frente com o direito da criança com necessidade especial de ser incluída na escola de ensino regular. O fato de precisar reconfigurar todo o âmbito educacional, não é uma tarefa fácil, tanto para os profissionais envolvidos, quanto para os indivíduos que serão incluídos. É preciso uma nova perspectiva, um olhar mais reflexivo, estar disposto a encarar os momentos de dificuldades que estarão por vir, e principalmente, procurar desenvolver uma educação que seja comprometida com a atual realidade.

O que pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas nos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola (CARVALHO, 2005, p. 72).

Para que haja inclusão, precisa haver mudanças, não apenas nas políticas educacionais ou em como estão planejadas a educação especial e regular. Precisa haver mudanças na perspectiva educacional, uma vez que, a inclusão não irá apenas atingir os alunos que apresentam algum tipo de dificuldade, ou deficiência, porém todos os alunos e envolvidos, “para que obtenha sucesso na corrente educativa geral, é uma provocação, cuja a intensão é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassem em suas salas de aula” (MANTOAN, 2010).

2.3. Inclusão no Ensino Superior

O ato de incluir pessoas com necessidades especiais, dentro da sociedade é sem sombra de dúvidas, um processo importante e delicado ao mesmo tempo. É de extrema importância salientar que as pessoas com necessidades especiais, ao longo do tempo, vieram construindo sua história e alcançando seus direitos através de muita determinação.

Embora sejamos a favor da luta pela inclusão escolar de pessoas com deficiência, reconhecemos que os sujeitos envolvidos sofrem todos os tipos de discriminação e de imposição de uma sociedade que os elimina sendo falsa a concepção de que caminhamos rumo à igualdade de oportunidades (Perini, 2006, p.111 apud Duarte 2013, p.292).

Acredita-se que no Brasil, a PAEE – Participação do Público-Alvo da Educação Especial nas IES – Instituições de Ensino Superior, teve início no Período Populista entre 1945-1964 com as conquistas alcançadas pelo Estado nas IES públicas e privadas. Essas conquistas envolviam gratuidade e expansão do acesso às Instituições, uma vez que naquele período o ingresso PAEE no nível superior de ensino ainda era recente. Contudo, apenas na década de 90 movimentos importantes, contribuíram para o desenvolvimento de discussões voltadas a essa população.

Em 2003 foi estabelecida a Portaria 3.284, a mesma estabelece as condições básicas para inclusão do aluno com deficiência no ensino superior. Sabemos que aos poucos a área da educação, vem procurando melhorar seus aspectos para que possa efetuar uma didática inclusiva de fato. Entretanto, ainda no âmbito da educação, em especial a educação inclusiva no ensino superior, é sabido que há alguns dilemas e desafios a serem solucionados.

Uma figura extremamente importante dentro desse dilema da inclusão no ensino superior, é o professor. “Todos os professores querem que seus alunos aprendam, mas nem todos estão atentos a algumas características do processo de aprendizagem. ” (MASSETO ,2003). O professor precisa compreender que não é, apenas uma pessoa na qual transfere conhecimentos e informações, ele é a pessoa responsável por mediar as problemáticas de seus alunos, tais como suas dificuldades. No entanto, é preciso que esse professor esteja devidamente capacitado para lidar com estas questões conforme afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9394/96 estabelece em seu artigo 59, III que é preciso – “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Outro ponto importante é a estrutura arquitetônica, ou seja, o espaço físico das instituições. No ano de 2004 o Decreto nº 5296 foi assinado pelo governo federal determinando

que as IES se adequem às exigências definidas dentro do prazo. As instituições públicas teriam um prazo até 2007, e as instituições privadas até 2008. Em 2016 foi sancionada a Lei nº 13.409 que determina que as cotas das Universidades Federais se prolonguem para estudantes com deficiência. Porém depois de alguns anos, atualmente, essas leis ainda não estão sendo totalmente cumpridas. Alguns estudantes relatam que a estrutura física das IES deixam muito a desejar.

O espaço físico não é totalmente adaptado dificultando assim, a acessibilidade dos alunos. De acordo com a aluna (cadeirante) de uma instituição privada de Campinas – SP, o campus no qual a aluna estuda ainda não disponibiliza de uma estrutura física adequada para atender o público cadeirante.

“Eles me mudaram de sala cinco vezes. Como não tinha como eu usar o banheiro do primeiro andar, estou no segundo agora” (...) “A rampa de acesso é muito íngreme” (...) “A Secretaria de Deficiência de Campinas disse que a rampa está dentro das normas da ABNT [Associação Brasileira de Normas Técnicas]. Mas ela não atende às minhas necessidades”. (RODRIGUES, WWW.GUIADOESTUDANTE).

Os problemas são apenas encontrados nas IES privadas, no campus da UFCG na cidade de Patos- PB em 2014, também foi relato problemas com relação a acessibilidade. O aluno deficiente auditivo, durante o seu primeiro período de curso, não encontrou nenhuma ajuda e isso acarretou na sua reprovação em duas disciplinas. O mesmo precisou procurar o Ministério Público Federal, para que só assim tivesse seus direitos válidos. Só após essa atitude realizada pelo o aluno, a instituição resolveu criar uma resolução voltada a acessibilidade para todos os campi da universidade.

“O meu campus, o de Patos, não tinha nenhum tipo de acessibilidade, programas ou projetos para pessoas com deficiências. Era e ainda sou o primeiro aluno com necessidades especiais aqui (...) hoje eu tenho um programa no notebook que transcreve o que os professores dizem em um microfone. É assim que acompanho as aulas. E recentemente ganhei a bolsa do aluno apoiador, em que um estudante me acompanha nas aulas e ajuda a tirar minhas dúvidas”. (RODRIGUES, WWW.GUIADOESTUDANTE)

Diante os acontecimentos relatados a cima, fica a seguinte indagação: Será que as Instituições de Ensino Superior estão devidamente preparadas para receber o público “especial”? Sabemos que no nosso País as políticas públicas voltadas às pessoas com necessidades especiais tiveram um grande avanço, entretanto, é preciso que essas leis e políticas sejam de fato aplicadas de forma correta. Como já discutido, não adianta apenas aceitar as pessoas com suas respectivas necessidades, é preciso estar corretamente adequado de acordo com todas as Leis e demais políticas.

3. PERCURSO METODOLOGICO

3.1 Tipo de estudo

Este trabalho é de cunho qualitativo e se direcionará através de um estudo de caso. A vantagem do estudo de caso é a sua aplicabilidade a situações humanas, a contextos contemporâneos de vida real (Dooley, 2002, *apud* Meirinhos *et al*, 2010). O autor refere também que:

Investigadores de várias disciplinas usam o método de investigação do estudo de caso para desenvolver teoria, para produzir nova teoria, para contestar ou desafiar teoria, para explicar uma situação, para estabelecer uma base de aplicação de soluções para situações, para explorar, ou para descrever um objeto ou fenômeno (p. 343-344).

Para Yin (2005), a necessidade de realizar estudos de caso surge da necessidade de estudar fenômenos sociais complexos. Nesse caso ao autor também confirma que:

Um estudo de caso é uma inovação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (p.32).

Segundo Bogdan e Biklen (1994 *apud* MEIRINHOS *et al* 2010), os estudos de caso podem ser classificados estudos de caso únicos e estudos de casos múltiplos, ou seja, estudo de apenas um caso, e/ou estudo de mais que um caso. Dentro dos estudos de caso é possível utilizar da metodologia da triangulação, de acordo com Stake (1999 *apud* MEIRINHOS *et al* 2010) a triangulação é um processo que utiliza múltiplas perspectivas para clarificar significados, na medida em que observações adicionais podem ser uteis na revisão da interpretação do investigador. Segundo o mesmo autor, é também uma das características de um bom estudo qualitativo.

3.2 Local do estudo

Em 15 de março de 1966, estava sendo criada “A Fundação Universal Regional do Nordeste – FURNe”, através da Lei Municipal nº 23. Na gestão do prefeito Willians de Souza Arruda, o mesmo foi escolhido sob unanimidade para assumir a direção superior da Universidade. No ano de 1969 a URNe, já era considerada um acontecimento inevitável, e cabia

aos futuros administradores, dar continuidade a tal realidade. No ano de 1987, em 11 de outubro através da Lei nº 4977, sancionada pelo governador da época, o senhor Tarcísio Burity e durante o reitorado do professor Sebastião Guimarães, a então URNe passa a ser UEPB. Atualmente tem em sua gestão o Prof. Dr. Antônio Guedes Rangel Junior na posição de reitor, e o Prof. Dr. Flávio Romero Guimarães na posição de vice-reitor.

A instituição em seu campus I, atualmente encontra-se com estudantes com necessidades especiais devidamente matriculados, onde podem ter um apoio através do Núcleo de Educação Especial – coordenado pelo Prof. Dr. Eduardo Gomes Onofre. O núcleo que vem dar um apoio a parte pedagógica aos estudantes com necessidades especiais, facilitando assim, o desenvolvimento dos mesmos dentro da instituição.

Levando em consideração o decreto nº 5696 no de 2004, no que se refere a estrutura física, ou seja, no espaço arquitetônico da instituição, é preciso que haja melhorias, pois o mesmo não está devidamente adequado. Contudo, podemos afirmar que a instituição não está totalmente adequada para assegurar uma boa permanência desse público, uma vez que a instituição dar o apoio por um lado, mas deixa a desejar pelo outro.

3.3 Participante do estudo de caso

A princípio optou-se por não citar o nome da participante do Estudo de Caso, para evitar possíveis constrangimentos. No entanto iremos identificá-la por “K”. A mesma é do sexo feminino, tem 26 anos de idade e atualmente está curando o Ensino Superior.

3.4 Instrumento de coleta de dados

Para coletar os dados necessários para este trabalho, optou-se por fazer uma entrevista, nessa entrevista foi utilizado um questionário com alguns pontos norteadores. O questionário oferece uma didática “prática”, tendo em vista que o pesquisador obtém as respostas em tempo mais rápido e de forma exata. Vale salientar que o questionário precisa ser elaborado de forma que a entrevistada (o) sinta-se confortável ao responder. Nesse sentido é importante que o mesmo tenha critérios para sua formulação, como por exemplo, evitar questões complexas, buscando elaborar questões simples, levando em consideração o nível de informação que a entrevistada (o) possui. Outro ponto importante, é evitar questões que tenham palavras nas quais possuam duplo significado, subentende-se que isto deixará a pessoa confusa. É preciso também

estar atento para que não haja perguntas indiscretas, partindo do princípio, que o objetivo do questionário é deixar a pessoa que irá responde-lo, de forma mais confortável possível.

3.5 Procedimentos de coleta de dados

A coleta de dados teve início por meio de uma entrevista, a mesma foi realizada na Universidade, no período da manhã, tendo em vista que esse era o melhor horário para a entrevistada. Esta entrevista teve um cunho qualitativo, objetivando conhecer o olhar da participante do estudo de caso, sobre sua percepção de inclusão/exclusão na atual realidade onde ela está inserida, dentro âmbito educacional, mais precisamente no ensino superior, tendo como contexto suas vivências e como ela posicionou-se perante tudo isso.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A participante “K” nascida em 08/12/1991 no hospital João XXIII na cidade de Campina Grande – PB, tornando-se assim, filha mais nova de seus pais. Nos seus primeiros meses de vida, demonstrou ser uma bebê ativa. Ao passar dos meses seus pais foram percebendo que a criança não estava desenvolvendo-se “normalmente”, tendo em vista o desenvolvimento de outras crianças com a mesma faixa etária.

Apenas quando a criança completou 2 anos de idade, no ano de 1993, os responsáveis resolveram leva-la ao médico, pois, o desenvolvimento da criança demonstrava sinais de irregularidade. A criança foi levada ao endocrinologista onde foi acometida a uma bateria de exames afim de descobrirem o motivo para o seu mal desenvolvimento. Mediante os resultados dos exames, foi diagnosticado *Síndrome de Turner*.

A Síndrome de Turner caracteriza-se pela ausência total ou parcial de um cromossomo X, ou seja, uma anormalidade dos cromossomos sexuais presentes exclusivamente nas crianças do sexo feminino. Ocorre geralmente em 1 a cada 1.500-2.000 crianças, as mesmas possuem algumas anormalidades típicas, tais como: Baixa estatura; pescoço alado; tórax largo; linfedema; excesso de pelo sobre a pele; amenorreia; linha de cabelo baixa, dentre outros.

“Estudos indicam que há um maior risco de pacientes com ST apresentarem dificuldades emocionais e problemas de comportamento, como, por exemplo: dificuldade de interação social e de relacionamento amoroso, imaturidade, problemas de atenção/hiperatividade, dificuldades específicas de aprendizagem, retraimento, comportamento agressivo e baixa autoestima” (SUZIGAN et al., 2004).

Vale salientar que a Síndrome de Turner não é considerada uma doença, mas sim uma condição. Alguns estudos apontam que a mesma não tem cura, contudo é possível fazer o tratamento. Este é preferencialmente realizado através de hormônios, este método além de ser usado para os desenvolvimentos dos óvulos, também contribui para o desenvolvimento do ritmo de crescimento dos pacientes.

Após o seu diagnóstico a participante iniciava um extenso percurso na vida, foi preciso dar início ao tratamento à base de hormônios para o crescimento. Como seu diagnóstico foi realizado ainda na infância, o medicamento indicado foi *Humatrope*, o uso do mesmo foi utilizado até os seus 14 anos de idade. Mesmo diante tais dificuldades a participante buscou se adaptar aos obstáculos encontrados perante sua história de vida, buscando dentro do possível manter uma vida “normal”.

No ano de 2004, a participante passa por mais um momento delicado, comprometendo sua saúde. Foi diagnosticada com Mielite transversa, uma inflamação na medula espinhal, que não permite a funcionalidade da transmissão dos impulsos nervosos, que se movimentam para cima e para baixo, da medula espinhal. Devido a este problema, ela ficou impossibilitada de andar, pois estava paralisada toda parte inferior do seu corpo, precisou ficar internada 35 dias no hospital da Clípsi, em tratamento à base de medicamentos fortes. Posteriormente, ao receber alta, foi preciso continuar seu tratamento com fisioterapia e reabilitação, para voltar a ter seus movimentos normalmente.

No que diz respeito a sua vida escolar, a participante iniciou os estudos logo cedo. Frequentou diversas instituições, exclusivamente regulares, desde a sua educação infantil até o ensino o médio. Mediante suas dificuldades de aprendizagem, enquanto aluna não obteve sucesso no seu rendimento escolar no 8º e 9º nas séries finais do ensino fundamental, acarretando em sua reprovação. Posteriormente, foi transferida para outra instituição, onde passou a estudar do 9º ano, até o ensino médio, em sistema de supletivo. No ano de 2014, prestou vestibular – ENEM, conseguindo aprovação na Universidade Estadual da Paraíba, onde atualmente está cursando Licenciatura Plena em Pedagogia.

A estrutura da entrevista foi organizada através de alguns pontos norteadores. Em resposta, a participante relatou as seguintes afirmações:

- **História de vida na escola antes de entrar na Universidade...**

“Bom, quando eu tinha 2 anos de idade, fui matriculada na escola que se chamava Educandário Crianças do Brasil, lá estudei, Jardim I e II. Nesse colégio eu estudava junto com meu irmão, não na mesma sala, mas na mesma escola. Então fui crescendo e quando tinha 6 anos de idade fui matriculada no colégio Centro Educacional Moderno onde estudei a alfabetização, 1º e 2º série, e em seguida fui para o Sesi - Escola Roberto Simonsen, onde estudei a 3º e 4º série, e logo em seguida fui para o colégio 11 de outubro, onde eu estudei do 5º ao 8º ano onde reprovei e fui estudar no Premem, onde cursei o 8º e 9º ano e ocorreu que eu reprovei o 9º ano e fui transferida para o Sesc, que é supletivo onde estudei do 9º até concluir o meu ensino médio. Eu sempre me dei bem com meus professores, e com os colegas na sala, porém eu percebia que tinha algumas pessoas que não gostavam de mim, e me excluíam, eu sentia que tinha exclusão, mas também tinha muitas amigas. Eu tenho muita dificuldade em matemática, eu não consigo aprender facilmente, mas, as outras disciplinas eu era boa e conseguia aprender”.

De acordo com as palavras da entrevistada, pode-se observar que a mesma, desde pequena, teve uma vida escolar ativa e bem agitada, podemos perceber isso pelas vezes em que ela cita os nomes das escolas na qual estudou. Observa-se também, que houve reprovação ao cursar o ensino fundamental II, é possível subentender que essa reprovação ocorreu pelo fato de que, a entrevistada é portadora da Síndrome de Turner e esta síndrome, como já citado nesse trabalho, infelizmente interfere no seu desenvolvimento cognitivo, ou seja, interferindo na sua aprendizagem.

Segundo Sasaki (2010, p.132) dentro do paradigma da inclusão, a escola deve receber todos os alunos, porém, nem todos são a favor desse ponto de vista, quanto a isso é propício que surja a seguinte dúvida: “Uma criança com deficiência intelectual não conseguirá acompanhar os seus colegas. Não vai aprender tanto quanto eles”. No entanto o autor confirma que “Este tipo de dúvida se justifica quando é feito por pessoas que ainda acreditam que o ser humano só possui uma inteligência, a inteligência lógica”. Sendo assim, é preciso que as pessoas, e profissionais mais precisamente, compreendam que o ser humano, não possui apenas uma mentalidade, é necessário que explore os conhecimentos das pessoas com deficiência, para que deste modo, haja uma efetividade no seu desenvolvimento, a partir disso, as pessoas estarão envolvendo-se nas atividades, mostrando seus potenciais e quebrando com os pensamentos preconceituosos dos demais.

Outro ponto observado nesse relato, é que apesar de sua boa relação com os professores e colegas, é notório a rejeição por partes de alguns colegas de classe, caracterizando assim, um início de exclusão.

- **A entrada e permanência na Universidade...**

“Bom, para mim a experiência de entrar na Universidade foi uma coisa muito muito gratificante, por que muitas pessoas diziam que eu não ia conseguir chegar até a Universidade, então eu mostrei pra muita gente que eu conseguiria chegar na Universidade. E foi um momento, pra mim, muito bom! Muito importante da minha vida, por que foi um novo passo que eu dei. Pra mim foi uma coisa realmente nova, foi uma coisa que pra mim foi muito marcante, esse momento de entrar na Universidade, e eu escolhi o curso de Pedagogia, por que era uma das minhas opções, por que quando eu fiz a inscrição para entrar na faculdade, eu botei dois cursos, que foi pedagogia e história, que eram dois cursos que eu queria muito, e eu tentei né? Entrar, mas infelizmente história eu não consegui, e entrei pra pedagogia. É um curso que eu me identifico, é um curso que eu gosto bastante. Até por que eu sou louca por criança, eu amo criança! Até por que eu tenho dois sobrinhos né, isso fez ainda mais aflorar esse amor por criança. Pela educação infantil, eu sou apaixonada por educação infantil, gosto demais, então assim... isso foi o que fez eu escolher o curso de Pedagogia. Mas, é claro que a gente chega... Assim, chega na Universidade, acredita que vai ser uma coisa, e a gente se depara com outra né? ”

Infelizmente, vivemos em uma sociedade com pensamentos, e visão muito arcaicos, neste relato é possível ver o preconceito que sociedade tem com pessoas que possuam necessidades especiais. É preciso romper com esse tipo de pensamento e preconceito, pois, cada ser humano independente de suas dificuldades, possuem suas capacidades, e as pessoas com necessidades especiais estão cada vez mais, buscando conquistar seu espaço de modo igualitário dentro da sociedade.

“As pessoas com deficiência, que tradicionalmente eram expectadores, agora entram em cena, assumindo vez e voz. Estão chegando ao ensino superior, ainda que de forma tímida, mas demandando novas posturas de gestores, de professores, de técnicos-administrativos, de alunos e da própria pessoa com deficiência. Essa questão se torna relevante, considerando que o número de alunos com deficiência no ensino superior tem aumentado, bem como tem se ampliado a preocupação em garantir os seus direitos, que não são apenas de acesso, mas também de permanência e alcance do sucesso acadêmico nesse nível de ensino”. (Guerreiro, Almeida, & Silva Filho, 2014, p. 32).

Outro fator muito importante, é a força de vontade que as pessoas têm, independentemente de suas limitações. Acreditar que é possível ultrapassar as dificuldades, é um ponto de extrema importância, ainda que as pessoas se deparem com uma realidade totalmente diferente, do que imaginavam.

- **Desafios, boas experiências, relação com professores e colegas de turma...**

“Bom, com relação aos desafios, eu senti bastante dificuldade desde o primeiro período, no primeiro período eu senti muita dificuldade nas disciplinas de: sociologia, antropologia, e filosofia, tanto é que eu reprovei, mas eu consegui pagar. Também nas disciplinas de política e psicologia de desenvolvimento e aprendizagem I, essas foram as disciplinas que eu mais tive dificuldade, com relação as outras, não. Minha relação com os professores, eu procuro ter uma boa relação com eles, eu procuro absorver o máximo de conteúdo que eles possam passar pra mim, claro que tem metodologias que os professores usam que eu tenho dificuldade em aprender, já tem outras metodologias que eu aprendo com mais facilidade. Mas, eu procuro sim ter uma boa relação com os professores, eu gosto bastante deles. Assim, com essa segunda turma que eu peguei agora, eu vejo que os professores, eles procuram me incluir, e já a turma é que me exclui, entendeu?! Eu me sinto muito mal, com relação a isso, eu fico muito angustiada, triste, por que eu tento fazer amizade, mas as meninas, eu vejo que não querem, então eu fico me sentindo muito mal com isso. Eu não sei por que as meninas me tratam assim, eu não sei explicar. Eu acho que vai da cabeça de cada um, né?! Elas não entendem que não sou uma pessoa “normal” como elas, eu tenho minhas limitações, eu tenho minhas angustias, minhas tristezas, pelos problemas que eu tenho. Sei lá, elas têm preconceito comigo, pelos problemas que eu tenho, elas acham que eu sou preguiçosa, elas acham que eu sou escorona, que eu fico esperando por elas, mas não é assim. Eu gosto muito dos professores, eu gosto muito do curso, eu não tenho do que falar. A única coisa que eu tenho de falar, é da turma, das duas turmas que eu peguei que foram muito, muito difíceis de conviver, assim...claro, na outra turma eu tive muitas amigas, mas nessa turma eu não tenho amigas, eu vejo que eu não tenho amigas, claro que tem as exceções, mas são muito poucas. ”

Nesse ponto podemos observar algumas dificuldades encontradas pela entrevistada ao lidar com a vivência dentro do ensino superior. Primeiramente a complexidade para lidar com algumas disciplinas no início do curso. Sasaki (2010, p.134) afirma que: “Todos poderão aprender se acolhermos os diferentes estilos de aprendizagem e as inteligências múltiplas de cada aluno. ” Como já citado anteriormente, um ponto importante no desenvolvimento da pessoa com necessidade especial, é a sua inteligência múltipla. Pode-se observar também a exclusão e o preconceito por parte de algumas pessoas da turma, um fato que entristece a

entrevistada. De acordo com Ribas (1996 apud Fernandes, 2010) “a ignorância é o fator responsável por preconceitos às pessoas que têm deficiências, pois quando alguém não sabe, começa a achar, podendo assim fazer interpretações que muitas vezes fogem da realidade da vida das pessoas com deficiência física, mental ou sensorial. ”

- **Processo de ensino aprendizagem...**

“Eu procuro ser uma aluna dedicada, eu procuro cumprir as atividades que os professores passam, claro que com os problemas que eu tenho, eu tenho minhas dificuldades. Tem muita disciplina que eu tenho dificuldade de acompanhar, mas já tem disciplina que eu consigo acompanhar mais facilmente. Procuro me esforçar ao máximo para dar o meu melhor, e tentar concluir o curso, mas assim, eu tento levar da melhor forma possível. Então ... assim, eu não julgo os professores, até por que os professores não sabem do meu problema, eu acho que eles percebem que tenho dificuldade. Eu só acho que eles poderiam procurar saber mais dos alunos, se eles tão conseguindo absorver o conteúdo. No meu caso, né? Eles poderiam chegar pra mim e perguntar “Kamilla, você tá conseguindo entender? ”. Pra que eles pudessem ver outras metodologias que eu pudesse não ter tanta dificuldade. Dos professores, eu não tenho do que reclamar, apesar de que desde o primeiro período a gente tem muitos conflitos. ”

Uma questão importante na fala da entrevistada, é o posicionamento dos professores diante suas metodologias. Sabemos que dentre as problemáticas desse estudo, temos a dificuldade de aprendizagem, causada devido a Síndrome de Turner. A entrevistada aponta que os professores não sabem do seu “problema”, mas provavelmente percebem que a mesma tem dificuldades.

Desse modo, de acordo com os estudos de Sasaki (2010) afirmam que no viés tradicional, que procuram saber quais as dificuldades dos alunos, o professor encontra-se confuso, sem saber quais as estratégias adequadas, para trabalhar com seus alunos, perante as suas limitações. Em contra partida, o autor também vai afirmar que no viés inclusivo os professores que vem “procurando saber quais são as habilidades e identificando o estilo de aprendizagem e as inteligências múltiplas de cada aluno, o professor encontra bastante espaço para garantir o sucesso dos alunos nas atividades escolares. ” (Sasaki 2010, p. 134-135).

Contudo, quanto ao papel do professor em relação a sua metodologia utilizada em sala de aula, é preciso rever como essa metodologia está sendo aplicada, e como a mesma está surtindo efeito.

- **O que você espera do futuro profissional e do futuro em termos de inclusão?**

“Eu acredito que com todas as dificuldades que eu tô enfrentando, eu acredito que eu vou conseguir sim, concluir meu curso, e se Deus quiser, no futuro eu vou procurar ser a melhor profissional que eu puder ser. Eu desejo muito, um mundo onde as pessoas tivessem mais amor com as pessoas que tem algum tipo de deficiência. ”

Podemos perceber que apesar dos obstáculos enfrentados durante o seu percurso acadêmico, a participante é persistente e almeja alcançar o término do seu curso, não diferente das demais pessoas que também estão no ensino superior. Como vimos através dos relatos, a participante passou por momentos de exclusão em seu período escolar e em sua vida acadêmica, porém a participante não recuou diante as dificuldades, continuou batalhando para alcançar seus objetivos. No que se refere a inclusão, ela deseja que as pessoas sejam mais amáveis com as outras, com as que possuem alguma deficiência, tendo em vista que ela viveu a experiência de ser “julgada” e rejeitada por pessoas que não souberam respeitá-la. Sendo assim, é totalmente compreensível este apelo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que já houveram consideráveis avanços no que se refere a inclusão. No entanto, esse paradigma ainda há de ser desenvolvido e aprimorado. É preciso que a batalha por uma sociedade inclusiva, continue sendo travada, e que não permitamos que os direitos conquistados com tanto esforço sejam esquecidos ou ignorados.

Neste trabalho estudamos um pouco sobre educação inclusiva e abordamos a problemática acerca da vida acadêmica de uma aluna com Síndrome de Turner. Através dos dados coletados, conclui-se que independente de ter dificuldades de aprendizagem e ser excluída por algumas colegas da turma, a participante do estudo de caso, mostrou que foi possível chegar ao ensino superior e vencer as barreiras encontradas durante o percurso acadêmico. Foi um processo árduo até chegar ao penúltimo ano de curso, porém, as dificuldades

no caminho, não fizeram com que ela desistisse, pelo contrário, a participante continuou batalhando pelo seu sucesso.

Neste estudo observamos em uma das falas da participante, que os professores não estão a par de seu problema. É importante destacar que nos casos de pessoas portadoras de deficiência, é preciso que o laudo seja entregue aos responsáveis na instituição escolar e ou acadêmica, para que assim sejam tomadas as devidas providências para com esses alunos. Desse modo, o desenvolvimento dos mesmos dentro da instituição será, de certo modo, assegurado evitando quaisquer possíveis problemas.

No que se refere ao respeito, é importante destacar que as pessoas não são iguais umas às outras, temos nossas diferenças. O respeito é o ponto principal para possamos conviver em harmonia. Em pleno século XXI é vergonhoso, o fato de que pessoas com necessidades especiais são tratadas com diferença. São excluídas por colegas da própria sala de aula. São tachadas de burras e preguiçosas. É preciso haver mais educação, para saber compreender e enxergar que a minha colega ou o meu colega, tem um processo de desenvolvimento mais lento que o meu, porém, todos somos capazes de progredir. Vale salientar, que estamos nos referindo a uma turma do curso de pedagogia, de onde sairão formadas pedagogas, no intuito de que disseminem a educação, entre crianças, jovens e adultos. Onde espera-se que no mínimo estas profissionais hajam com respeito, e ensinem também sobre o respeito, porém, será mesmo que estas futuras pedagogas estão preparadas para isso? Uma vez que ainda em sua formação inicial, não conseguem se quer respeitar uma colega em sala de aula.

É de suma importância que sejam desenvolvidos mais estudos voltados a inclusão e educação inclusiva, pois, a ideia que a mesma traz, surge questões a serem refletidas e analisadas.

PERCEPTIONS ABOUT INCLUSION IN HIGHER EDUCATION: A CASE STUDY WITH A STUDENT WITH TURNER AYNDROME.

Camila de Assis Pimentel*

SUMMARY

The present work aims to describe the perceptions about the inclusion in higher education based on the experiences of a student with Turner syndrome. Based on the studies of Sasaki (1997), Mantoam (2003) and Silva (2009), some important steps will be discussed within the theme related to people with disabilities. To collect the data, we opted to do an interview, with the participant "K", female, 26 years of age and student of a pedagogy course. The main results revealed that regardless of having learning difficulties and being excluded by some classmates,

"K" showed that it was possible to reach higher education and overcome the barriers encountered during the academic course. We know that there have been considerable advances in terms of inclusion. However, this paradigm is still to be developed and improved. It is necessary that the battle for an inclusive society continue to be fought, and that we do that the rights conquered with so much effort are forgotten or ignored. Thus, it is necessary that studies and researches focused on this area are performed more frequently, emphasizing its importance.

Key words: Turner syndrome. Higher education. Inclusive education.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria de Fátima. Educação Especial e Educação Inclusiva. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 2., 2016, Campina Grande. **Anais....** Campina Grande: Realize, 2016. p. 1 - 8.

BRASIL. Constituição (1996). Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Presidência da República**: Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Constituição (2003). Portaria nº 3284, de 2003... Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos is**. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial, 1998.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994, Salamanca-Espanha.

DUARTE, E. R. *et al.* Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v.19, n.2, p.289-300, 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v19n2/a11v19n2.pdf>>. Acessado em 10/11/2018.

FERNANDES, Marcos. **O preconceito social contra a pessoa com deficiência: algumas implicações**. 2010. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-preconceito-social-contr-a-pessoa-com-deficiencia-algumas-implicacoes/37026/>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

GUERREIRO, E.M.R.; Almeida, M.A.; Silva Filho, J.H. (2014). Avaliação da satisfação do aluno com deficiência no ensino superior. *Avaliação*, 1(19), 31-60. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v22nspe/2175-3539-pee-22-spe-127.pdf>. > Acessado em: 20 nov. 2018

GLAT, Rosana; FERNANDES, Edicléa Mascarenhas. DA EDUCAÇÃO SEGREGADA À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no

contexto da educação especial brasileira. **Inclusão**: revista de educação especial, Brasília, p.35-39, out. 2005.

LIMA, P. A. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo; AVERCAMP, 2002

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Égler; SANTOS, Maria Terezinha Teixeira dos. **Atendimento educacional especializado: políticas públicas e gestão nos municípios**. São Paulo: Moderna, 2010.

MASSETO, M.T. 2003. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo, summus editorial.

MEIRINHOS, Manoel; OSORIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **Eduser**: revista de educação, Bragança, v. 2, n. 2, p.49-65, 7 dez.2016. Disponível em: <<https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/24>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

RODRIGUES, Odhara Caroline. A batalha de universitários com deficiência pela acessibilidade. 30 mar. 2017. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/a-batalha-de-universitarios-com-deficiencia-pela-acessibilidade>> Acesso em: 09 nov.2018

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SASSAKI, Romeo. Kazumi. **Inclusão, o paradigma da próxima década**. Mensagem, Brasília, v.34, n.83, p.29, 1998.

SILVA, Maria Odete Emygdio. Da exclusão à inclusão: concepções e práticas. **Revista Lusófona de Educação**, [S.l.], v. 13, n. 13, Jul 2009. ISSN 1646-401X. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/562>>. Acesso em: 02 out. 2018.

SUZIGAN, Lígia Z. C. et al. **A percepção da doença em portadoras de Síndrome de Turner**. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n4/v80n4a11.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

Yin, R. (2005). **Estudo de Caso. Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman.